

Licenciatura em Direito Informática Jurídica

Voto Electrónico – sinónimo de cidadania participada

Docente: José Manuel E. Valença Discente:

Eunice Maria Leite Coelho, n.º 24262

Voto electrónico - sinónimo de cidadania participada

Com o propósito de discernir sobre a questão do voto electrónico e as suas implicações, decidi fazer uma abordagem diferente, entendendo a questão do voto electrónico, num âmbito alargado. Em que se insere como uma das formas cedidas pelas novas tecnologias de participação do indivíduo na sociedade.

No contexto de um rápido desenvolvimento e crescimento das Tecnologias de Informação e Comunicação e de uma globalização dos mercados, a consolidação da sociedade da informação é um vector estratégico para a constituição de novos modelos económicos e sociais.

Actualmente a informação assume um papel central enquanto pilar estruturante dos domínios sócio-culturais, políticos e económicos.

Portugal tem sido o nosso palco privilegiado, nos últimos tempos, onde temos vindo a assistir à constituição e organização de agentes, instituições e infraestruturas ao nível da sociedade da informação. Sendo desenvolvidos vários planos e programas de incrementação ao nível da sociedade de informação. Entre esses programas está o do voto electrónico, que constitui e implica a criação de um "novo direito", baseado num "velho direito". Ou seja, o duramente conquistado direito ao voto livre e secreto constitucionalmente consagrado é hoje confrontado com o ambiente versátil e vertiginoso, ao mesmo tempo que se torna perigoso e desconfortante, que é os meandros da Internet. Sendo primordial entender qual o seu contributo social, mais do que explanar as suas implicações técnicas e legais.

A Internet revelou-se a infra-estrutura mundial da informação e da comunicação. E a possibilidade de votarmos electronicamente desde nossas casas ou num outro ponto do globo deve consubstanciar-se como uma faceta nova de chamada "democracia electrónica".

Esta revolução invisível, ditada pelo vector tecnológico, da qual somos militantes não pode ser o nosso cravo ao peito, já que a invenção tecnológica não é responsável por todas as informações nas diversas actividades humanas, ao nível local, nacional e internacional.

Uma análise menos atenta dos vectores, económico e ocupacional regista as alterações que a "informação" como "nova mercadoria", veio introduzir em todo o sistema produtivo, alterando formas de organização, dinâmicas de emprego, ritmos de produtividade, a criação de novos bens e serviços estabelecendo nitidamente profundas alterações na criação, acumulação e distribuição de riqueza. Porem estas alterações não diminuíram o fosso entre os que detém e os que nada possuem, pelo contrário gerou outro tipo de desigualdades, desigualdades no acesso às tecnologias de informação, desigualdades na capacidade de validar a informação, desigualdades nos acessos on-line à informação que é produzida, desigualdade na criação de memória individual e social.

Se é verdade que há uma nova organização conceptual da dimensão espaciotemporal, trazida pela implementação e realização da "sociedade de
informação", que tende para um mundo globalizado. É necessário atender a
este novo eixo, a esta nova contracção do tempo e do espaço que é operada
pela "rede" e analisar as implicações que isto tem nas relações sociais. Porque
esta alteração profunda e este limite espaço/tempo, que deixou de cumprir a
sua obrigação, reflecte uma desagregação das relações psico-afectivas
perdendo-se as verdadeiras referências e ansiando por um mundo instantâneo
e imagético. Resta saber se este aproveitamento imediato da informática é feita
por todos e em todas as áreas.

Assim, se perante a Internet estamos diante de uma ilimitada tecnologia de acesso e fornecimento de informação, estamos também diante de uma tecnologia social. Já que criou novas dimensões de relação social e até novas formas de organização social.

Contudo, esta inovação pode não querer dizer melhoramento, estas novas formas de participação social, como a questão do voto electrónico constitui, não quer obrigatoriamente dizer melhor e mais eficiente participação na vida política de um país.

A minha perspectiva de análise leva-me a considerar e a discernir sobre as implicações que as novas tecnológicas têm na participação dos cidadãos na vida activa da sua comunidade, da sua região, do seu país.

A "globalização" do voto electrónico pode acentuar a relativização de pontos de referência nacionais e individuais perante os de natureza geral ou

supranacional. Isto é, pode visualizar de forma clara o descomprometimento que o indivíduo tem face às suas responsabilidades estaduais e democráticas. Pode conduzir a uma "desvinculação" com a democracia nacional, se for encarado como um obstáculo ou uma menos valia do carácter simbólico que as participações à boca da urna ainda hoje têm.

Não são de menosprezar os números do absentismo que nos são fornecidos a quando de cada exercício eleitoral e mesmo em mecanismos de tão forte expressão de vontade colectiva como são os referendos,igual ou superior número são registados. A questão da manifestação electrónica do voto pode acentuar este panorama, já que há comportamentos que por força da rede e do seu carácter paradigmático, que ao mesmo tempo que liga também pode prender e estrangular, tem provocado modificações significativas.

As novas tecnologias abrem novas perspectivas à cidadania, mas não são o garante único e exclusivo de uma democracia participada. A palavra mágica "rede" parece ser a chave para a "democracia electrónica", que exige além de infra-estruturas técnicas, físicas e tecnológicas, implica por parte dos indivíduos uma enorme predisposição psicológica, social e cultural para o manuseamento, rendibilidade das novas ferramentas que fazem da informação conhecimento e do conhecimento participação consciente.

Este sonho de transpor limites da comunicação humana e voar sem restrição no espaço informativo, comporta penalizações, como tinha tentado demonstrar, quer a nível de segurança, quer a nível de privacidade. Uma das bandeiras do voto electrónico é "one man one vote", sendo necessário garantir a confidencialidade e a integridade daquele voto, garantindo que não há alterações ao voto e que este continua secreto. A não manipulação das votações depende do uso dado às máquinas de tratamento e contagem.

Assim, importa dizer e consciencializar que a tecnologia em si mesma, não é maligna ou benfazeja, ela na sua essência é neutra em relação aos fins que prossegue, dependendo como meio que é do uso que lhe for predestinado.

O contributo do acto de votação através de processos electrónicos, como uma nova tecnologia da informação, para o aumento de uma efectiva participação política dos cidadãos na democracia, não se pode resumir a isto.

Realidades como e-comércio ou e-cidadania, do governo on-line, da democracia contínua, do tele-trabalho, dos mercados financeiros globais, entre

outras devem também ser consideradas. Influenciando formas de participação como a eleitoral em eleições presidenciais, autárquicas, envolvimento em organizações que lidem com problemas da comunidade, envolvimento em campanhas eleitorais, participação em reuniões cívicas ou políticas.

O potencial democratizador da Internet é um caminho sinuoso desde que continue haver despropósito político para combater a iletracia informática e evitar o surgimento de um novo tipo de exclusão: a infoexclusão, excluindo aqueles que por motivos vários não ascendem à "sociedade de informação", dando origem a continentes on-line e off-line. A difusão e a manipulação desta infra-estrutura base (a Internet) tem que ser potenciada a fim de evitar outra classe de marginalizados os "ciberdescamisados".

A questão do acesso, qualidade e quantidade da informação prende-se com a destreza na utilização da informática, com o pensamento crítico e a dedução sendo ferramentas fundamentais para as diversas dimensões de interacção social na sociedade em rede.

Bibliografia:

CASTELLS, Manuel, A Era da Informação, Espanha.

MONTEIRO, Nuno Peres, Democracia Electrónica, Fundação Mário Soares.